



CÂMARA MUNICIPAL DE
APIACÁ - ES

Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES
Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br
apiaca.es.leg.br

JUSTIFICATIVA

O projeto encaminhado está adequado aos novos regramentos impostos aos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta. O Código de Ética estabelece os princípios éticos e as regras básicas de conduta que devem orientar e pautar os atos dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal.

O principal objetivo do Código de Ética consiste em manter uma linha de comportamento uniforme entre todos os integrantes do Poder Legislativo. São observados os princípios que norteiam a ética e os deveres dos servidores públicos, bem como suas responsabilidades disciplinares.

Devido à importância social e comunitária dos trabalhos realizados pela Câmara Municipal, torna-se indispensável a existência de um ato normativo que regulamente os deveres e as vedações dos servidores públicos, em especial para dispor sobre os padrões da ética, submetendo-se especialmente aos deveres de honestidade, boa-fé, transparência, impessoalidade, decoro e submissão ao interesse público, prestigiando-se assim, o princípio da transparência, eficiência, impessoalidade, legalidade e moralidade.

Sendo assim, solicito o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Resolução.

Apiacá/ES, 04 de março de 2024.


Mario Lucio Ribeiro Marquez
Presidente


Ângela Maria Henriques
Vice-Presidente


Paulo César de Oliveira
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE
APIACÁ - ES

Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES
Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br
apiaca.es.leg.br

APROVADO
Em 18 de março de 2024
PRESIDENTE

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2024

encaminhado a Comissão de Legislação
com Justiça e Redação Final
Em 18 de março de 20 24

**INSTITUI O CÓDIGO DE
ÉTICA DO SERVIDOR
PÚBLICO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE APIACÁ.**

PRESIDENTE

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais apresenta Projeto de Resolução para ser deliberado pelo Plenário desta Câmara Municipal:

Art. 1º Fica instituído o Código de Ética no âmbito da Câmara Municipal de Apiacá, aplicável aos servidores públicos vinculados a Casa Legislativa.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Do Código, sua abrangência e aplicação

Art. 2º Este Código estabelece os princípios e normas de conduta ética, aplicáveis aos servidores públicos da Câmara Municipal de Apiacá, sem prejuízo da observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares.

§ 1º Entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviço de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente ao órgão do Poder Legislativo Municipal.

§ 2º Todo ato de posse em cargo efetivo, em emprego público, em cargo em comissão ou função gratificada deverá ser acompanhado da prestação de compromisso de acatamento e observância das regras estabelecidas pelo Código de Ética, exceto nas hipóteses em que já houve a prestação desse compromisso.

§ 3º Os contratos administrativos de prestação de serviço, bem como os termos de compromisso dos estagiários firmados com este Poder Legislativo deverão conter normas de observância do presente Código de Ética.



CÂMARA MUNICIPAL DE
APIACÁ - ES

Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES
Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br
apiaca.es.leg.br

§ 4º No exercício de suas funções, os servidores públicos da Câmara Municipal de Apiacá deverão pautar-se pelos padrões da ética, submetendo-se especialmente aos deveres de honestidade, boa-fé, transparência, impessoalidade, decoro e submissão ao interesse público.

Art. 3º As normas previstas neste Código não se aplicam ao servidor público ocupante de mandato eletivo, cujas regras estão dispostas em normas próprias.

Seção II

Dos objetivos

Art. 4º Este Código tem por objetivo:

I – Tornar explícitos os princípios e normas éticos que regem a conduta dos servidores públicos e a ação institucional, fornecendo parâmetros para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura dos atos praticados no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

II – Definir diretrizes para atitudes, comportamentos, regras de atuação e práticas organizacionais, orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional, que resultem em benefícios à sociedade;

III – Disseminar valores éticos, de lisura e de justiça impressos na postura estratégica da estrutura institucional do Poder Legislativo Municipal;

IV – Promover o esforço conjunto em prol do fortalecimento da estrutura do Poder Legislativo Municipal, a fim de que esteja alinhada às expectativas legítimas da comunidade, de modo a gerar confiança interna e externa na condução da atividade administrativa;

V – Assegurar transparência e publicidade à atividade administrativa, com processos céleres e previsíveis, com fundamento nos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima;

VI – Reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre os princípios e normas éticos adotados na Administração Pública Municipal, facilitando a compatibilização dos valores individuais de cada servidor público com os valores da instituição;

VII – Orientar a tomada de decisões dos servidores públicos, a fim de que se pautem sempre pelo interesse público, com razoabilidade e proporcionalidade, sem qualquer favorecimento para si ou para outrem;

VIII – Assegurar que o tratamento dispensado à população seja realizado com urbanidade, disponibilidade, profissionalismo, atenção e igualdade, sem qualquer distinção de sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, tendência política, posição social;



CÂMARA MUNICIPAL DE

APIACÁ - ES

Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES

Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br

apiaca.es.leg.br

IX – Assegurar ao servidor público a preservação de sua imagem e de sua reputação, quando sua conduta estiver de acordo com as normas éticas estabelecidas neste Código de Ética;

X – Estabelecer regras básicas sobre conflito de interesses e restrições às atividades profissionais posteriores ao exercício do cargo, emprego ou função;

XI – Oferecer, por meio da Comissão de Ética, instâncias de consulta e deliberação, visando a esclarecer dúvidas acerca da conformidade da conduta do servidor público com os princípios e normas de conduta nele tratados, aplicando, sempre que necessário, as penalidades cabíveis.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E NORMAS DE CONDUTA ÉTICA

Seção I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 5º O servidor público observará, no exercício de suas funções, os padrões éticos de conduta que lhe são inerentes, visando a preservar e ampliar a confiança do público na integridade, objetividade, imparcialidade e no decoro da Administração Pública, regendo-se pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência administrativas e, ainda, pelos seguintes princípios fundamentais:

I – Interesse público: os servidores públicos devem tomar suas decisões considerando sempre o interesse público. Não devem fazê-lo para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem;

II – Integridade: os servidores públicos devem agir conscientemente e em conformidade com os princípios e valores estabelecidos neste código e na legislação aplicável, sempre defendendo o bem comum;

III – Imparcialidade: os servidores públicos devem se abster de tomar partido em suas atividades de trabalho, desempenhando suas funções de forma imparcial e profissional;

IV – Transparência: às ações e decisões dos servidores públicos devem ser transparentes, justificadas e razoáveis;

V – Honestidade: o servidor é corresponsável pela credibilidade do serviço público, devendo agir sempre com retidão e probidade, inspirando segurança e confiança na palavra empenhada e nos compromissos assumidos;

VI – Responsabilidade: o servidor público é responsável por suas ações e decisões perante seus superiores, sociedade e entidades que exercem alguma



forma de controle, aos quais deve prestar contas, conforme dispuser lei ou regulamento;

VII - Qualidade, eficiência e equidade dos serviços públicos: a qualidade de vida dos cidadãos aumenta por via da maior rapidez, conveniência e eficiência na prestação dos serviços públicos;

VIII – Competência: o servidor público deve buscar a excelência no exercício de suas atividades, mantendo-se atualizado quanto aos conhecimentos e informações necessários, de forma a obter os resultados esperados pela sociedade.

Seção II

Dos Deveres

Art. 6º Constituem deveres dos servidores públicos da Câmara Municipal de Apiacá:

I – Resguardar, em sua conduta pessoal, a integridade, a honra e a dignidade de sua função pública, agindo em harmonia com os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais;

II – Proceder com honestidade, probidade e tempestividade, escolhendo sempre, quando estiver diante de mais de uma opção legal, a que melhor se coaduna com a ética e com o interesse público;

III – Representar imediatamente à chefia competente todo e qualquer ato ou fato que seja contrário ao interesse público, prejudicial à Administração ou à sua missão institucional, de que tenha tomado conhecimento em razão do cargo, emprego ou função;

IV – Tratar autoridades, colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho, com urbanidade, cortesia, respeito, educação e consideração, inclusive quanto às possíveis limitações pessoais;

V – Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, tendência política, posição social e quaisquer outras formas de discriminação;

VI – Empenhar-se em seu desenvolvimento profissional, mantendo-se atualizado quanto a novos métodos, técnicas e normas de trabalho aplicáveis à sua área de atuação;

VII – Manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções;



CÂMARA MUNICIPAL DE
APIACÁ - ES

Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES
Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br
apiaca.es.leg.br

VIII – Disseminar no ambiente de trabalho informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de exercício profissional que possam contribuir para a eficiência dos trabalhos realizados pelos demais servidores públicos;

IX – Informar sobre qualquer conflito de interesse, real ou aparente, relacionado com seu cargo, emprego ou função e tomar medidas para evitá-lo;

X – Não ceder a pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações ou omissões imorais, ilegais ou antiéticas e denunciá-las;

XI – Quando em missão ao exterior, comportar-se de forma a reforçar a reputação do Município, do Estado do Espírito Santo e do Brasil;

XII – Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito, prestando toda colaboração ao seu alcance;

XIII – Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;

XIV – Divulgar e informar a todos os integrantes do órgão ou unidade administrativas a que se vincule sobre a existência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento;

XV - Observar as regras dispostas nos documentos que compõem a Política de Privacidade da Câmara Municipal de Apiacá;

XVI - Informar qualquer descumprimento, ou suspeita de descumprimento, das disposições legais, regulamentares ou contratuais relativas à proteção de dados pessoais, mesmo que realizadas por terceiros, bem como, qualquer ocorrência, risco ou potencial risco de dano relativo à proteção de dados pessoais, tais como, por exemplo, acessos inadequados e transferências de dados irregulares;

XVII – Conhecer e observar a Política de Privacidade do órgão público para ciência da relação dos dados pessoais tratados, as finalidades dos tratamentos e as bases legais que os sustentam;

Seção III

Das Vedações

Art. 7º Aos servidores públicos da Câmara Municipal de Apiacá é condenável a prática de qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade de sua função pública, os compromissos éticos assumidos neste Código de Ética e os valores institucionais, sendo-lhes vedado, ainda:



CÂMARA MUNICIPAL DE

APIACÁ - ES

Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES

Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br

apiaca.es.leg.br

I – Praticar ou compactuar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ato contrário à ética e ao interesse público, mesmo que tal ato observe as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei;

II – Discriminar colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho, em razão de preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, tendência política, posição social ou quaisquer outras formas de discriminação;

III – Adotar qualquer conduta que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, tais como ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo e especialmente o assédio sexual de qualquer natureza ou o assédio moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes que ofendam a autoestima, a segurança, o profissionalismo ou a imagem;

IV – Atribuir a outrem erro próprio;

V – Apresentar como de sua autoria ideias ou trabalhos de outrem;

VI – Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, presente, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor público para o mesmo fim;

VII – Fazer ou extrair cópias de relatórios ou de quaisquer outros trabalhos ou documentos ainda não publicados, pertencentes ao órgão, para utilização em fins estranhos aos seus objetivos ou à execução dos trabalhos a seu encargo, sem prévia autorização da autoridade competente;

VIII - Divulgar ou facilitar a divulgação, por qualquer meio, de informações sigilosas obtidas por qualquer forma em razão do cargo, emprego ou função;

IX – Apresentar-se embriagado ou sob efeito de quaisquer drogas ilegais no ambiente de trabalho ou, fora dele, em situações que comprometam a imagem pessoal e, por via reflexa, a institucional;

X – Utilizar sistemas e canais de comunicação do Poder Legislativo Municipal para a propagação e divulgação de trotes, boatos, pornografia, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária;

XI – Manifestar-se em nome do Poder Legislativo Municipal quando não autorizado e habilitado para tal, nos termos da política interna de comunicação social;

XII – Ser conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão;



CÂMARA MUNICIPAL DE
APIACÁ - ES

Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES
Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br
apiaca.es.leg.br

XIII – Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;

XIV – Deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu trabalho;

XV – Permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas;

XVI – Exercer atividade profissional a ética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso;

XVII – Utilizar, para fins privados, bens ou serviços exclusivos da Administração Pública.

XVIII - Transmitir, compartilhar, copiar, armazenar, repassar, disponibilizar, mostrar, fotografar, divulgar, distribuir, difundir, disseminar, publicar e/ou revelar dados pessoais que tenha acesso em razão de sua função no órgão público, mantendo-os como confidenciais e tratando de acordo com as determinações da política de privacidade.

Art. 8º O recebimento das gratificações, presentes e brindes mencionadas no art. 7º, inciso VII, não configura vantagem de qualquer espécie quando:

I - Não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, em razão de gentileza, recebidos de forma voluntária, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem o valor unitário de 300,00 (trezentos reais);

II - Tenham periodicidade de distribuição não inferior a doze meses; e

III - Sejam de caráter geral e não se destinem a agraciar exclusivamente um determinado servidor público de forma sigilosa.

Art. 9º Para fins deste Código de Ética, não se caracteriza presente:

I - Prêmio em dinheiro ou bens concedidos ao servidor público por entidade acadêmica, científica ou cultural, em reconhecimento por sua contribuição de caráter intelectual;

II - Prêmio concedido em razão de concurso de acesso público a trabalho de natureza acadêmica, científica, tecnológica ou cultural; e

III - Bolsa de estudos vinculada ao aperfeiçoamento profissional ou técnico do servidor público, desde que o patrocinador não tenha interesse em decisão que possa ser tomada pelo servidor público, em razão do cargo ou emprego que ocupa ou função que exerce.



CÂMARA MUNICIPAL DE
APIACÁ - ES

Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES
Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br
apiaca.es.leg.br

Seção IV

Da Conduta na Participação em Eventos Externos

Art. 10 As despesas relacionadas à participação de colaborador ou membro da administração em eventos, como seminários, congressos, visitas e reuniões técnicas, no Brasil ou no Exterior, e cuja participação do servidor se dê no exercício do seu cargo, emprego ou função, deverão ser custeadas, preferencialmente, pelo órgão ou entidade a que o servidor se vincule.

Parágrafo único. Excepcionalmente, observado o interesse público, a instituição promotora do evento poderá custear, no todo ou em parte, as despesas relativas a transporte, alimentação, hospedagem e inscrição do servidor público.

Seção V

Da Conduta na Participação em Redes Sociais

Art. 11 O servidor público, identificado como tal em seu perfil nas redes sociais, deve se portar de forma responsável, observando os princípios e as normas de conduta ética e as regras de boa convivência.

§ 1º O servidor público deve estar ciente de que, ao se conectar a uma rede social, sua conduta deve ser respeitosa com outros usuários e que, para manter um diálogo saudável, é necessário seguir algumas regras de comportamento sempre que mencionar, comentar, publicar ou compartilhar conteúdos que envolvam o Poder Legislativo Municipal em ambiente digital.

§ 2º As mídias sociais permitem que todas as pessoas se expressem livremente na *internet*. Isso não significa, porém, que o usuário tenha direito a ofender, difamar, maltratar, ameaçar, violar direitos autorais, incitar atitudes violentas e preconceituosas, ou prejudicar pessoas e instituições.

Art. 12 São condutas exigidas dos servidores públicos da Câmara Municipal de Apiacá, em relação às mídias sociais:

I - É permitido mencionar em seu perfil nas redes sociais que é servidor da Câmara Municipal de Apiacá, mas a administração de sua conta pessoal não deve ser feita pelo *e-mail* institucional;

II - Sempre que utilizar informações relativas a Câmara Municipal de Apiacá, deve-se indicar as referências institucionais;

III - Evitar discussões realizadas em redes sociais, quando tratar de assuntos que envolvam usuários dos serviços, colaboradores, parceiros, colegas de trabalho, superiores e/ou a Administração Pública;

IV - Não expor o colega de trabalho e/ou usuário do serviço público a situações vexatórias em redes sociais, pois as suas atitudes podem acarretar problemas



CÂMARA MUNICIPAL DE
APIACÁ - ES

*Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES
Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br
apiaca.es.leg.br*

para a imagem do Poder Legislativo Municipal, para imagem dos servidores e/ou usuários, assim como ser passíveis de punições;

V - Não expor conflitos do seu ambiente de trabalho nas redes sociais;

VI - Não criar perfis institucionais. A criação de canais institucionais, que utilizem o nome da Câmara Municipal de Apiacá e representem oficialmente a instituição só podem ser criados e utilizados pelo próprio órgão;

VII - Não falar em nome da instituição ou representar a Câmara Municipal de Apiacá sem autorização oficial;

VIII - Não ofender ou difamar a instituição, servidores, colaboradores, parceiros, fornecedores e usuários do serviço público municipal.

Art. 14 Os direitos autorais sobre textos e imagens produzidas no município devem ser respeitados, não devendo o servidor público reproduzi-los sem a transmissão dos respectivos créditos.

Seção VI

Do Conflito de Interesses

Art. 15 Ocorre conflito de interesses quando o interesse particular, seja financeiro, seja pessoal, entra em conflito com os deveres e atribuições do servidor público em seu cargo, emprego ou função.

§ 1º Considera-se conflito de interesses qualquer oportunidade de ganho que possa ser obtido por meio ou consequência das atividades desempenhadas pelo servidor público em seu cargo emprego ou função, em benefício:

I – Próprio;

II – De parente até o terceiro grau civil;

III – De organização da qual o servidor público seja sócio, diretor, administrador preposto ou responsável técnico.

§ 2º Os servidores públicos têm o dever de declarar qualquer interesse privado que possa afetar ou parecer afetar o desempenho de suas funções com independência e imparcialidade, devendo tomar medidas necessárias para resolver quaisquer conflitos, de forma a proteger o interesse público.

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Art. 16 Fica criada a Comissão de Ética Pública no âmbito da Câmara Municipal de Apiacá, em cumprimento aos princípios éticos explicitados neste código de ética, competindo-lhe:



CÂMARA MUNICIPAL DE
APIACÁ - ES

*Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES
Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br
apiaca.es.leg.br*

- I – Atuar e decidir nos processos referentes à matéria ética;
- II – Requerer à autoridade maior do órgão ou entidade a aplicação das penalidades;
- III – Promover a manutenção de alto padrão ético;
- IV – Divulgar este Código de Ética;
- V – Assegurar continuidade, clareza e consistência no propósito da manutenção da ética;
- VI – Orientar e aconselhar os servidores sobre suas condutas éticas;
- VII – Elaborar o seu regimento interno, tendo como base os preceitos deste código;
- VIII - Prever em seu regimento, dispositivo sobre a realização de consulta para verificação de conflito de interesse de colaboradores e da alta direção, os requisitos necessários, o prazo para análise, a resposta por intermédio de parecer fundamentado, a possibilidade de pedido de reconsideração e recurso à instância superior;
- IX - Estabelecer prioridade no exercício das atividades de membro de comissão de ética sobre as funções desempenhadas no cargo ocupado.

Art. 17 A comissão de ética será composta por 03 (três) Conselheiros, designados por ato do Presidente da Câmara, sendo presidida pelo membro da Procuradoria Jurídica Legislativa.

§ 1º Os membros da comissão deverão ser empregados públicos dos quadros permanentes da Câmara Municipal, não podendo a escolha recair em servidor que tenha sofrido sanção disciplinar ou censura nos últimos 03 (três) anos.

§ 2º Deve-se considerar impedido o membro que tiver cônjuge, companheiros, afins e parentes até segundo grau, em processo ético conduzido pela comissão.

§ 3º A atuação no âmbito da Comissão de Ética enseja remuneração para seus membros.

§ 4º No caso de impedimento, licença, férias ou ausência por mais de 30 (trinta) dias de algum dos Conselheiros, o Presidente da Câmara poderá indicar um substitutivo temporário.

§ 5º Das decisões finais das Comissões de Ética Pública caberá recurso ao chefe do Poder Legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE
APIACÁ - ES

Praça Alice Gomes de Souza, s/n, centro, Apiacá-ES
Tel: (28) 3557-1405 / contato@apiaca.es.leg.br
apiaca.es.leg.br

CAPÍTULO IV

DAS PENALIDADES

Art. 18 Sem prejuízo das penalidades previstas em outras normas legislativas, as condutas incompatíveis com o disposto neste Código de Ética serão punidas com as seguintes sanções:

I – Advertência, verbal ou escrita, aplicáveis aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal, no exercício do cargo, do emprego ou da função.

Parágrafo único. As sanções previstas no *caput* serão aplicadas, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública, que deverão, na hipótese de infração disciplinar, determinar ao órgão correccional competente a apuração dos fatos e a adoção das medidas legais cabíveis.

Art. 19 O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado neste Código de Ética será instaurado pela Comissão de Ética Pública, conforme o caso, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, desde que haja indícios suficientes da infração.

Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiacá/ES, 18 de março de 2024.


Mario Lucio Ribeiro Marquez
Presidente


Ângela Maria Henriques
Vice-Presidente


Paulo César de Oliveira
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁ

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ nº 01.637.494/0001-82

Praça Alice Gomes de Souza, s/n, Centro, Apiacá-ES

Telefone: (28) 3557-1405. E-mail: cmapiaca@hotmail.com - Site: www.apiaca.es.leg.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Apiacá, em reunião realizada no dia 18 de março de 2024, tendo em pauta o **Projeto de Resolução nº 001/2024-CMA**, de autoria da Mesa Diretora, que “Institui o Código de Ética do Servidor Público da Câmara Municipal de Apiacá”, resolveu emitir o seguinte parecer:

A Comissão, após análise criteriosa do Projeto de Resolução nº 001/2024-CMA, concluiu que o referido Projeto de Resolução apresenta-se de forma clara e objetiva, cumprindo as formalidades e requisitos necessários para sua tramitação e aprovação. Não foram identificados vícios formais ou materiais que impeçam sua aprovação, tampouco foram encontradas correções de técnica legislativa a serem feitas no projeto.

O estabelecimento de um Código de Ética para os servidores públicos é de suma importância, pois define os princípios, valores e normas de conduta que devem nortear o comportamento dos funcionários no exercício de suas funções. Este projeto de resolução, ao propor a criação desse instrumento normativo, visa fortalecer a integridade, a transparência e a eficiência no serviço público.

O documento apresenta-se completo e abrangente, abordando temas como probidade, moralidade, legalidade, imparcialidade, entre outros princípios fundamentais da administração pública. Além disso, estabelece diretrizes para o uso adequado dos recursos públicos, a promoção da igualdade e a valorização do serviço público.

Ao mesmo tempo, o projeto de resolução prevê a criação de mecanismos de acompanhamento e fiscalização da aplicação do Código de Ética, incluindo a instituição de uma Comissão de Ética.

Diante do exposto, considerando a importância da promoção de uma cultura de ética e integridade no serviço público, a Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, por **UNANIMIDADE** dos votos de seus membros decidiu emitir **PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Resolução nº 001/2024-CMA**.

São os votos desta Comissão.

Sala das Sessões, 18 de março de 2024.



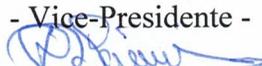
IVANILDO MENDES DE OLIVEIRA

- Presidente -



ÂNGELA MARIA HENRIQUES

- Vice-Presidente -



PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

- Secretário -